

# PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ProEEA/MS



**SEMAGRO**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente,  
Desenvolvimento Econômico,  
Produção e Agricultura Familiar



**GOVERNO  
DO ESTADO**  
Mato Grosso do Sul

Direitos desta edição reservados ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que não sejam utilizados para fins comerciais e que a fonte seja citada.

**Produção:**

Unidade de Educação Ambiental  
Gerência de Desenvolvimento e Modernização

**Revisão da Língua Portuguesa:**

Rosa Neide Cardoso

**Diagramação e impressão:**

Beatriz Boock/WWF Brasil

**Foto capa:**

Bento Viana/WWF Brasil

**Fotos:**

WWF Brasil  
IMASUL  
SED/MS



**SEMAGRO**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente,  
Desenvolvimento Econômico,  
Produção e Agricultura Familiar



**GOVERNO  
DO ESTADO**  
Mato Grosso do Sul

Apoio:



Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. Gerência de Desenvolvimento e Modernização. Unidade de Educação Ambiental.

**Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (ProEEA/MS): Auristela Silva dos Santos (Coordenadora).** Campo Grande, MS: 2018.

40p.

Disponível também em: <<http://www.imasul.ms.gov.br>>



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Reinaldo Azambuja  
**Governador**

Jaime Elias Verruck  
**Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento  
Econômico, Produção e Agricultura Familiar**

Ricardo José Senna  
**Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente,  
Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar**

Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira  
**Diretor-Presidente**  
**Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**

Thais Barbosa de Azambuja Caramori  
**Diretora de Desenvolvimento**  
**Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**

Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro de Barros  
**Gerente de Desenvolvimento e Modernização**  
**Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**



# EQUIPE TÉCNICA

---

## INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL (IMASUL)

Adriano Souza Coelho

Andréa Carvalho Macieira

Auristela Silva dos Santos

Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro de Barros

Eliane Maria Garcia

Heloisa Pincela Vasconcelos

## CONSULTORES CONTRATADOS - MULHERES EM AÇÃO NO PANTANAL (MUPAN)

Ângela Maria Zanon

Áurea da Silva Garcia

Patrícia Zerlotti

Synara Aparecida Olendzki Broch



# COLABORADORES

---

**Analice Teresinha Talgatti Silva**

**Andreia de Moura Victório**

**Claudete Bruschi**

**Dirceu Maurício Van Lonkhuijzen**

**Donald Parsons Eaton**

**Edina Brindarolli**

**Edvaldo José de Souza**

**Eliane Ferreira Silva Nunes**

**Eliane Semidei de Souza Lima**

**Fabiola Maria de Oliveira Gonçalves**

**Jaqueline Correa Gama**

**Jéssica Araújo dos Santos**

**José Flávio Rodrigues Siqueira**

**José Francisco de Paula Filho**

**Julia Boock**

**Jussara Jacques de Almeida**

**Kamila da Silva Fernandes**

**Keyciane Lima Pedrosa**

**Luciana Carla Mancino**

**Luiz Carlos de Souza**

**Marcos Vinícius Campelo Júnior**

**Maria Rita Mendonça Vieira**

**Maristela Benites**

**Mônica Cristine Junqueira Filho**

**Renan Lima Arakaki**

**Rosimeire dos Santos Araújo Cunha**

**Simone Mamede**

**Terezinha Cléa Signorini Feldens**

**Wanda Faleiros**

**Wendilly Lorraine Campos Tabosa**

**Wilma Corrêa de Oliveira**

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande

Prefeitura Municipal de Ladário

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda

Museu da Universidade Católica Dom Bosco

WWF Brasil

Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Sustentável a Região Sul

Prefeitura Municipal de Eldorado

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Adecoagro Vale do Ivinhema

ANAMBI – Análise Ambiental

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Educação

Prefeitura Municipal de Coxim

WWF Brasil

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande

Prefeitura Municipal de Nioaque

Fundação Nacional do Índio

Secretaria de Estado de Educação

Prefeitura Municipal de Itaquiraí

Secretaria de Estado de Educação

Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso

Instituto Mamede

Secretaria Municipal de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Mulheres em Ação no Pantanal

Instituto Mamede

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

Mulheres em Ação no Pantanal

FIBRACON- Consultoria Perícias e Projetos Ambientais

Secretaria Estadual de Educação







# MISSÃO

---

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a equidade social e a conservação ambiental, por meio da valorização da diversidade local, da integração de saberes e da participação efetiva do indivíduo.







*Algumas anotações de uma educadora ambiental...*

*Mato Grosso do Sul, qual a sua identidade? A sua identidade está forjada na diversidade, nos matizes, no seu povo!*

*Mato Grosso do Sul, o seu território é marcado e demarcado por desbravamentos, conquistas, lutas e derrotas. Estado acolhedor, que tem dentro os seus, diversos povos dos originários aos imigrantes, dos sul-mato-grossenses de nascimento aos que decidiram por aqui ficar, dos que até mesmo nunca saíram do seu lugar aos que ganharam o mundo, e que as recordações os fazem voltar -, os seus saberes e paixões denotam o Estado.*

*Mato Grosso do Sul é a miscigenação de povos, culturas, cores e sabores em diversos matizes. Tem em seu território a exuberância e encantos dos recursos naturais, a pujança e fertilidade de tudo o que se planta lá.*

*Mato Grosso do Sul, terra hospitaleira, registrada em prosas, versos e canções, como um amor primeiro e verdadeiro. Traduzido num coro, na hora de defender o nosso Mato Grosso do Sul.*

*Mato Grosso do Sul, para alguns, de fora e de dentro, o do Sul soa como baírrista, mas é a construção de uma identidade, temos como Capital Campo Grande, as belezas da Serra da Bodoquena, Bonito e Pantanal, além de outras tantas na Bacia do Paraná, protegidas em Unidades de Conservação. Temos os limites definidos. Temos as nossas particularidades que se somam ao infinito.*

*Mato Grosso do Sul, ah, são tantas coisas, algumas já registradas, outras não, dentre elas a saga de educadores e educadoras ambientais que lutam pela defesa do nosso Mato Grosso do Sul.*

*Aurea da Silva Garcia*







# PREFÁCIO

---

Mato Grosso do Sul possui localização geográfica privilegiada e estratégica fazendo fronteira com a Bolívia e o Paraguai, e divisas com os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O Estado contém biomas e ecossistemas significativos: Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Chaco. Em sua geografia, está localizada a Serra de Maracaju como o grande divisor de águas, situando-se a Leste, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e, a Oeste, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai.

De origem e tradição agropecuária, em sua essência, o Estado imprime, na região Leste, acelerado crescimento econômico, fundamentado em atividades e indústrias do agronegócio. A ocupação dessa região e a diversificação econômica se encontram em processo de evolução, se estabelecendo a necessidade de avanços no entendimento das questões socioeconômicas regionais.

Na região Oeste, o caminho das águas impõe-se como condição vital para a manutenção dos ecossistemas e o modo de vida de seus habitantes. Esta região carrega a influência cultural e econômica de seus colonizadores e dos países fronteiriços, destacando-se a música, a dança e a culinária paraguaia. Além disso, possui atrativos turísticos, reconhecidos internacionalmente, dados a sua importância ecológica.

As peculiaridades do Estado oferecem oportunidades ímpares para o estabelecimento de reflexões e de diálogos com os mais diversos segmentos e atores sociais. Neste contexto geográfico, socioambiental e cultural, destaca-se o importante papel da construção e execução de políticas e programas de governo.

É neste universo que se apresenta o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS) de Mato Grosso do Sul e se concretiza como importante instrumento de gestão da educação ambiental no Estado.

**Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira**  
Diretor Presidente







# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO .....	15
CONTEXTUALIZAÇÃO .....	16
PRINCÍPIOS .....	20
DIRETRIZES .....	21
OBJETIVOS .....	22
PÚBLICO ALVO .....	23
LINHAS DE AÇÃO, ESTRATÉGIAS E AÇÕES .....	24
1. GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MATO GROSSO DO SUL.....	24
1.1. Planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental integrada.....	24
1.2. Formulação e implementação de políticas públicas ambientais de âmbito local.....	25
1.3. Criação de interfaces entre educação ambiental e os diversos programas e políticas de governo, nas diferentes áreas. ....	25
1.4. Articulação e mobilização social como instrumentos de educação ambiental.....	26
1.5. Educação ambiental voltada para empreendimentos e projetos do setor privado.....	27
1.6. Apoio institucional e financeiro a iniciativas de educação ambiental.....	27
2. FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS AMBIENTAIS.....	28
2.1. Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não formal.....	28
3. COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	29
3.1. Comunicação e tecnologia para a educação ambiental.....	29
3.2. Produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático-pedagógicos.....	30
4. INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.....	31
4.1. Inclusão da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino.....	31
4.2. Inclusão de estudos, pesquisas em educação ambiental.....	32
5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	32
5.1. Análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de e ducação ambiental, por intermédio da construção de indicadores.....	32
5.2. Análise, monitoramento e avaliação de Política e Programa Estadual de Educação Ambiental.....	33
BIBLIOGRAFIA .....	34





# APRESENTAÇÃO

O Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS) visa atender a um anseio antigo da comunidade, no sentido de nortear gestores públicos e educadores ambientais para a prática adequada de educação ambiental às realidades locais.

O processo de construção do ProEEA/MS foi coordenado pela equipe técnica da Unidade de Educação Ambiental, da Gerência de Desenvolvimento e Modernização do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul). Este processo contou com a parceria do WWF Brasil, por intermédio do Termo de Cooperação Mútua nº 009/2016, que resultou na contratação da Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan) para a elaboração da versão preliminar do Programa.

Para a construção do ProEEA/MS, inicialmente, foi elaborado o Referencial Teórico – Marco Zero, para a coleta, sistematização e análise de informações referentes à educação ambiental em âmbito internacional, nacional e estadual. Este abordou definições conceituais, base legal e normativa, constantes em documentos orientadores relacionados ao tema da educação ambiental, bem como cenários e apontamentos de estudos de âmbito estadual.

O processo de construção coletiva da versão preliminar contou com a realização, em 2017, de uma capacitação denominada “Nivelamento de Conhecimento em Educação Ambiental” e duas oficinas nas quais participaram renomados educadores ambientais, gestores públicos e consultores que atuam com programas e projetos em educação ambiental.

Em 2018, a versão preliminar foi submetida à consulta pública, disponibilizada *online*, no site do Imasul, e por meio de sete oficinas realizadas em municípios pólos do Estado, incluindo a Capital. Ao todo, foram colhidas 266 contribuições às quais foram acatadas, em sua maioria, de forma integral ou parcialmente.

Destaca-se que a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) acompanhou todas as fases do processo de construção do ProEEA/MS, contribuindo significativamente para a consolidação deste.

Este documento consolida os princípios, objetivos e diretrizes do ProEEA/MS em cinco Linhas de Ações que englobam as estratégias e ações para o desenvolvimento da educação ambiental em território Sul-mato-grossense.

**Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro de Barros**  
**Gerente de Desenvolvimento e Modernização**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), órgão executor das políticas ambientais, no estado, foram realizados vários investimentos em estrutura e executadas uma gama de eventos e de iniciativas que culminaram no fortalecimento da educação ambiental. Atualmente, o Imasul conta com a dedicação de uma equipe de experiência acumulada em educação ambiental que atua à frente de importantes decisões para as políticas e programas de governo pertinentes ao tema até mesmo com destinação de dotação orçamentária específica.

Enquanto base legal e normativa, voltada para o meio ambiente, o Imasul tem estabelecido vários procedimentos na área de educação ambiental, destacando o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), que é um banco de dados eletrônico que compõe o Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (Siriema). O desenvolvimento do SisEA/MS é um marco para a educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul. O Sistema fornece aos usuários tanto a democratização e a descentralização de informações, quanto o fácil acesso e a rapidez de respostas. Mato Grosso do Sul é pioneiro nesta questão, sendo o primeiro estado da federação a criar e operar um sistema informatizado de educação ambiental.

O SisEA/MS foi desenvolvido para promover o cadastro, a integração, a sistematização, a análise e o acompanhamento de programas, projetos, campanhas e demais ações de educação ambiental, assim como difundir informações que sirvam de orientação, experiência e até modelo para os usuários. Dessa forma, o Sistema constitui uma importante ferramenta de gestão, reunindo em um banco de dados e tornando públicas as experiências de educação ambiental realizadas no estado, fomentando a formação de parcerias e possibilitando o mapeamento das potencialidades e carências deste tema em Mato Grosso do Sul.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Imasul, o Programa ICMS Ecológico é um dos critérios para o rateio da parcela pertencente aos municípios referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), correspondendo ao rateio de 5% da receita por meio de critérios ambientais. Dentre outros critérios, o ICMS Ecológico é dividido entre os municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação da natureza devidamente inscritas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Neste contexto, as ações de educação ambiental realizadas pelos municípios são passíveis de pontuação dentro das tábuas de avaliação qualitativa para o Componente Unidades de

Conservação e Terras Indígenas do Programa ICMS Ecológico.

Outra relevante ação desenvolvida pelo Imasul está relacionada aos empreendimentos sujeitos à apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima). Para a apresentação do Programa de Educação Ambiental, exigido no processo de

licenciamento ambiental, o empreendedor procede ao cadastramento do mesmo, no SisEA/MS, para análise, aprovação, acompanhamento e monitoramento. Tendo como objetivo orientar os empreendedores na elaboração e execução dos programas, o Imasul elaborou o “Roteiro para elaboração de Programas de Educação Ambiental (PEAs) em atendimento a condicionantes do licenciamento ambiental” e o “Roteiro para Elaboração de Relatórios de Execução de Programas de Educação Ambiental (PEAs)”.

O Imasul desenvolve, ainda, importantes ações de educação ambiental no âmbito de comitês de bacias hidrográficas e audiências públicas, dentre outras.

Como órgão formulador de políticas públicas no campo da educação formal, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED), entende a escola como espaço que deve incentivar o estudante a pensar



e a agir rumo à sustentabilidade, auxiliando na compreensão dos princípios básicos referentes à educação ambiental presentes nos documentos oficiais nacionais e internacionais. Desta maneira, a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que pretende que seus estudantes aprendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele.

Neste contexto, para que as ações almejadas na área da educação ambiental sejam efetivadas, especificamente, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul atua ativamente na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS).

A SED coordena a realização da Conferência Estadual Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente no estado. No que tange aos processos de mobilização para as Conferências Nacionais pelo Meio Ambiente – Infanto-juvenil e Adulto, iniciados em 2003, eles foram importantes para a articulação de educadores e gestores e, muitos deles, membros da CIEA/MS. Tanto para a Conferência Infanto-juvenil quanto para a de Adulto, as articulações foram fundamentais para a aproximação e fortalecimento de ações de educação ambiental no Estado. Mato Grosso do Sul tem participado ativamente em todas as edições dessas conferências, com apoio para as etapas municipais e realização das Conferências Estadual, nas duas versões.

A SED criou um importante procedimento para a educação ambiental formal com a publicação da Resolução SED n. 3.322, de 13 de setembro de 2017 que dispõe sobre a oferta da Educação Ambiental nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Esta Resolução visa reafirmar alguns dispositivos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e acrescentar novas possibilidades de aprendizagem aos estudantes e processos formativos aos profissionais da educação.

Neste cenário da gestão pública, foram estabelecidos encontros, diálogos e articulações, os quais se desdo-

braram em programas, projetos, produção de materiais didático-pedagógicos e eventos, motivados, em sua maioria, pelos Órgãos Gestores da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como base para a construção das políticas públicas de educação ambiental no Estado em outras esferas da educação ambiental.

A partir desses diálogos, deu-se o encontro de diversas organizações, governamentais e não governamentais, as quais apresentaram para o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) o Projeto de Estruturação da Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal, em 2001. No âmbito desse projeto foram realizadas importantes ações de capacitação, publicações de diagnósticos que contaram com a participação, inclusive, de educadores do Paraguai e da Bolívia.

Essa Rede, mesmo após o encerramento do projeto, se firmou como importante espaço de difusão de informações socioambientais, mantendo como canais de difusão o portal [www.redeaguape.org.br](http://www.redeaguape.org.br) e a Revista Aguapé. Foram 12 edições da Revista que os membros incorporaram em seus programas e projetos institucionais. Em 2017, foi lançada a de número 20, em comemoração aos 15 anos da Rede Aguapé.



Outro processo que envolveu diversos educadores e gestores de organizações governamentais e não governamentais, foi a construção do Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais para o Pantanal (ProFEAP), em 2003, induzida pelo Órgão Gestor da PNEA. A proposta tornou-se base para um Edital do FNMA para a estruturação de coletivos educadores. Em Mato Grosso do Sul, foi aprovada a proposta apresentada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (Cidema), intitulado Coletivo Educador Cidema, envolvendo, diretamente, educadores e gestores de 23 municípios. Muitos dos educadores que participaram desse processo formativo e articulações hoje fazem parte de colegiado de controle social no Estado, tais como conselhos, comitês de bacias hidrográficas, e até mesmo da CIEA/MS.

Em 2008 foi criada a Rede de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul (REAMS) durante o projeto intitulado “Educação Ambiental e Participação Comunitária” rea-



lizado pelo Imasul e parceiros, com apoio do GEF Rio Formoso. A REAMS tem como objetivo o fortalecimento dos nós (elos) da Educação Ambiental e a participação comunitária nos processos de decisão e ações socioambientais no Mato Grosso do Sul. A REAMS integra a malha da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e destaca-se por fomentar a Educação Ambiental Crítica e Transformadora. Entre as ações da REAMS estão o apoio na formação do Comitê Sul-Mato-Grossense Pró Rio + 20 e a realização das oficinas intituladas “Rio + 20 Local”, realizadas entre os anos de 2011 e 2012 em várias cidades do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá, Bela Vista e Terenos), eventos que antecederam a Rio + 20. Neste processo foram envolvidos mais de 3.000 pessoas, entre Coletivo jovem, comunidades tradicionais e educadores, dentre outros.

Em 2012 integrantes da REAMS juntamente com a Rede de Educação Ambiental do Cerrado (REACERRADO) percorreram mais de quatrocentos quilômetros disseminando o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” para diversas comunidades do interior do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, utilizando-se para isso um meio de transporte menos poluente, a bicicleta. A rede teve participação efetiva na Rio + 20 - Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro em 2012. Em 2017 a REAMS apresentou no Fórum Brasileiro de Educação Ambiental o histórico da Construção da Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul e os inúmeros desafios da educação ambiental no Mato Grosso do Sul. A rede utiliza entre seus instrumentos de comunicação um grupo em redes sociais, além de manter o diálogo com as demais Redes Brasileiras de Educação Ambiental. A REAMS, a Rede Agupapé e a REACERRADO são as redes presentes no Estado que, de forma direta ou indireta, somam para construção de territórios mais sustentáveis.

Em 2009, lançou-se um Edital da Rede de Educação para a Diversidade, direcionado às Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que são as Universidades Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), de Mato Grosso (UFMT) e de Ouro Preto (UFOP) foram habilitadas para a construção do “Processo Formativo em Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida”. Como resultado desse Processo, em Mato Grosso do Sul, foram exe-

cutadas três edições de cursos de extensão, pela UFMS. Para ter acesso a esses cursos, a escola deve aderir a eles e indicar dez representantes, dentre eles, gestores, coordenadores, equipe da administração, docentes, discentes, pais e responsáveis, além de lideranças do entorno, conformando a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida). Dentre as suas finalidades, a escola tem o dever de construir a Agenda 21 Escolar.

Nessa mesma ocasião, em 2009, o Ministério da Educação lançou a Formação Continuada em Educação Ambiental, e em Mato Grosso do Sul foi realizada somente uma edição, considerando que a demanda estava voltada para cursos de pós-graduação. Por conseguinte, a UFMS apresentou uma proposta intitulada: Especialização em Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis que foi aprovada pelo MEC, com aportes

financeiros e ofertada na modalidade semipresencial, via Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para tanto, foram realizadas duas ofertas, totalizando 550 vagas. Essa Especialização tornou-se pioneira, inspirando outras universidades do País.

Voltado para cursos *stricto sensu*, desde 2007, a UFMS conta com o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, com área de concentração em Educação Ambiental – Mestrado Profissional. Em 2017, a UFMS iniciou a primeira turma do

Curso de Doutorado, do referido Programa.

Ainda para atender demandas de educadores e gestores, foram construídos e executados programas e projetos de extensão os quais se destacaram, inclusive, no âmbito internacional, e executaram ações diretas junto às comunidades, construíram materiais didático-pedagógicos e realizaram oficinas de aprendizagem com difusão de informações. Dentre eles, estão o Projeto Pé na Água (2006-2008) e o Programa Apa para Todos (2015-2016) oferecido pela UFMS e contou com recursos do MEC. Uma outra iniciativa foi a Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA), uma parceria local entre a ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan) e a UFMS e contou com recursos do Comitê Holandês da IUCN, Wetlands International e Both ENDS. A proposta pedagógica e materiais de apoio foram construídos com a participação de educadores



e gestores de organizações governamentais e não governamentais. A Formação GAEA foi selecionada pela ONU Mulheres, como Boas Práticas para a Capacitação em Equidade de Gênero, dada a flexibilidade da proposta pedagógica, formato, tema e abrangência, podendo ser replicada em outros contextos e regiões.

Importantes agendas e iniciativas, voltadas para a conservação dos recursos naturais e principalmente das águas, tornaram-se fundamentais para a construção de políticas públicas de educação ambiental. Dentre eles, o Projeto Global Environmental Facility (GEF) Pantanal – Alto Paraguai, com apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, elaborado a partir de 1997 e perdurou até 2003. A criação de organismos de bacias – primeiro os consórcios (1997), os grupos de trabalhos (2003), e os comitês de bacias hidrográficas (2005) tornaram-se espaços indutores para o estabelecimento de diálogos e iniciativas, voltadas para a educação ambiental no Estado. Vale ressaltar que o terceiro setor tem desempenhado papel preponderante para o fortalecimento da educação ambiental em Mato Grosso do Sul, estabelecendo agendas e iniciativas, tais como a criação de organizações não governamentais, a partir da década de 1980, com recorte e atuação, principalmente no Pantanal.



A construção de políticas públicas tem como alicerce a participação social. No Estado de Mato Grosso do Sul, gestores e educadores ambientais têm buscado construir as suas bases a partir de processos participativos, como por exemplo, no âmbito da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS), criada pelo Decreto nº 9.939, de 05 de junho de 2000 e reformulada pelo Decreto nº 12.741, de 07 de abril de 2009. A CIEA/MS possui caráter consultivo e tem como finalidade promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. Desta forma, a CIEA/MS se tornou um espaço de diálogos, atendendo ao chamamento para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

Desde o início da criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), a mesma tem se estabelecido como um colegiado voltado para o acompanhamento da construção

da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS), com aportes e fomento do órgão gestor e executor das políticas de meio ambiente. A participação da CIEA/MS tem sido fundamental no processo de discussão e da construção da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS), em trâmite na Assembleia Legislativa, e neste Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS). Desta forma, a Comissão tem congregado representantes de diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor para estabelecer as bases da educação ambiental no Estado como uma oportunidade para a transformação e ações socioambientais.

Nos anos de 2003 e 2004, foi elaborada uma primeira proposta para a Política Estadual, a qual tomou força com a reformulação da CIEA/MS em 2009. A partir de então, foram inúmeras reuniões para essa construção. Na ocasião, deu-se a aprovação do projeto “Educação Ambiental Itinerante”, possibilitando a mobilização e

consultas públicas em diversos municípios. Como encerramento dessa consulta, a Oficina Estadual para a Construção da Política de Educação Ambiental, realizada juntamente com o Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, em 2012.

A partir das contribuições dessas consultas, os membros da CIEA/

MS dedicaram-se à consolidação da Minuta da Política, sendo finalizada e entregue ao Governo do Estado, em 2014. Desta forma, os Órgãos executores da educação ambiental, no Estado, ajustaram a minuta proposta e em junho de 2017 apresentaram o Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS) à Assembleia Legislativa.

Considerando a legitimidade do processo de consulta pública realizado para construção da minuta da Política, todas as contribuições foram incorporadas neste Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (ProEEA/MS). Desta forma, estes subsídios tornaram-se base da construção do Programa, em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).



# PRINCÍPIOS

**I.** O enfoque humanista, sistêmico, holístico, democrático, participativo, do respeito e valorização à vida em todas as suas formas e particularidades, bem como o enfoque baseado na manutenção dos processos ecológicos e ecossistêmicos para o fortalecimento da identidade local.

**II.** A concepção e a abordagem do ambiente e das questões socioambientais em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, histórico-cultural, socioeconômico e político, sob o enfoque da sustentabilidade, destacando consumo, impactos ambientais, gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos, recursos hídricos, mudanças do clima, poluição sonora, visual, térmica e radioativa, conservação dos ecossistemas naturais e a prática sobre os sistemas de produção.

**III.** O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade e do diálogo de saberes da comunidade local.

**IV.** A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, a saúde pública, a comunicação e as práticas histórico-culturais e socioambientais, respeitando as diversidades regionais: fronteiriças, pantaneiras, bacias hidrográficas, biomas, paisagens, geossistemas e ecossistemas.

**V.** A garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos e grupos sociais, respeitando os aspectos socioeconômicos, histórico-culturais, dos saberes, características

e costumes das comunidades locais e a promoção do pertencimento ao local.

**VI.** O permanente acompanhamento, transparência e avaliação crítica do processo educativo.

**VII.** A abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais, sempre respeitando as peculiaridades da sociedade local.

**VIII.** O (re) conhecimento, o respeito e a valorização das pluralidades, identidades, diversidades culturais e do conhecimento e práticas tradicionais, desde os povos originários, passando pelo processo de transformação e ocupação da sociedade contemporânea, com perspectivas de sustentabilidade.

**IX.** A promoção da equidade social, cultural, ambiental e econômica com o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais.

**X.** A promoção de mecanismos de educação e comunicação socioambiental para a difusão, implementação e aprimoramento de políticas públicas e de instrumentos para seu planejamento, controle e monitoramento.

**XI.** A valorização do patrimônio natural, cultural, material e imaterial: geológico, paleontológico, arqueológico, sociocultural, fronteiras e paisagens identitárias de Mato Grosso do Sul.



# DIRETRIZES

- I.** Democracia e ampla participação da sociedade.
- II.** Reconhecimento da pluralidade e da diversidade ecológica e sociocultural do Estado.
- III.** Multi, inter e transdisciplinaridade e a descentralização de ações.
- IV.** Integração dos diferentes atores sociais nos planos político e operacional.
- V.** Reconhecimento dos tratados, acordos e documentos oficiais de educação ambiental para ações locais, com destaque para as regiões de fronteira com o Paraguai e Bolívia.
- VI.** Reconhecimento dos diferentes aspectos dos usos e ocupações, vocações econômicas e de conservação territorial, valorizando as comunidades locais e os cuidados com os seus territórios, incluindo boas práticas agropecuárias e de cultivo, sob a perspectiva de sustentabilidade.
- VII.** Integração da educação ambiental nas políticas públicas setoriais, observando a sua aplicabilidade com outros estados limítrofes.
- VIII.** Abrangência e integração de setores da sociedade para o planejamento, execução e monitoramento de ações estratégicas de conhecimento e educação, sobre os serviços ambientais, recursos naturais e sistemas produtivos.
- IX.** Integração do fator econômico aos fatores socioambientais na formação educacional para a educação ambiental.
- X.** Observação da Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 30), na execução de ações de educação ambiental.





# OBJETIVOS

- I.** Disseminar o (re) conhecimento da sociobiodiversidade encontrada nos tipos vegetacionais representativos no Estado de Mato Grosso do Sul: Cerrado, Pantanal, Chaco e Mata Atlântica, como elementos vinculados às identidades socioculturais e ambientais.
- II.** Promover a compreensão integrada do ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos, paisagísticos, éticos e estéticos.
- III.** Promover a compreensão das intervenções no ambiente que modificam, alteram, interferem e afetam o contexto socioambiental.
- IV.** Promover entre indivíduos e sociedades a utilização sustentável dos recursos naturais e o reconhecimento da interdependência dos diversos elementos físicos, químicos, biológicos, histórico, sociais e culturais para manutenção da vida em curto e longo prazo.
- V.** Democratizar e socializar as informações socioeconômicas e ambientais para possibilitar a construção do conhecimento e a participação social.
- VI.** Incentivar e desenvolver a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação e conservação do ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania e da qualidade de vida.
- VII.** Estimular a cooperação e integração de áreas transfronteiriças, interestaduais e intermunicipais em esferas micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade justa, solidária e democrática, e ao desenvolvimento sustentável.
- VIII.** Integrar os conhecimentos tradicionais e populares, aos processos científicos e tecnológicos, valorizando os agricultores familiares, os assentados, as comunidades tradicionais, com destaque para quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pantaneiros e comunidades imigrantes objetivando práticas socioambientais sustentáveis.
- IX.** Promover o envolvimento de grupos sociais, autoderminação dos povos e a solidariedade na construção de uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa.
- X.** Promover a formação continuada de educadores, voltada para as questões socioambientais nas instituições públicas e privadas.
- XI.** Fomentar e disseminar práticas tecnológicas sustentáveis, em defesa do patrimônio ambiental, natural, histórico e cultural, nos seguintes setores e ações: turismo; uso e ocupação do solo; a preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco; o planejamento e desenvolvimento dos transportes; práticas agropecuárias e industriais.
- XII.** Estimular a criação e fortalecer grupos, núcleos, coletivos organizados, redes, fóruns, câmaras técnicas, comissões e outros espaços educadores ambientais, promovendo comunicação e cooperação em âmbito local, municipal, intermunicipal, estadual, regional, nacional e internacional.
- XIII.** Promover a divulgação, a comunicação e a cooperação em âmbito local, municipal, intermunicipal, estadual, regional, nacional e internacional das ações socioambientais.
- XIV.** Promover o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental em Mato Grosso do Sul.
- XV.** Incentivar a realização de ações sobre mobilidade urbana, respeitando os diferentes modais e valorizando o transporte ativo, exercido por pedestres e ciclistas.
- XVI.** Promover e incentivar a valorização da biodiversidade urbana em seu contexto socioambiental, econômico, paisagístico-funcional e de conectividade ecossistêmica.
- XVII.** Desenvolver, disseminar, incentivar e fortalecer ações de educação ambiental para redução de riscos de desastres naturais.

# PÚBLICO ALVO

Este programa é destinado à população em geral, destacando:

- Comunidades tradicionais, tais como: indígenas, quilombolas, pantaneiros, ciganos, ribeirinhos e isqueiros, dentre outros.
- Populações de regiões de fronteira com o Paraguai e a Bolívia.
- Pescadores amadores e profissionais.
- Produtores rurais, agricultores familiares e assentados.
- Técnicos extensionistas.
- Gestores públicos do Poder Executivo e membros dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Agentes públicos, tais como: de desenvolvimento rural, de saúde e de assistência social, dentre outros.
- Funcionários de entidades privadas e de economia mista do setor industrial, empresarial, comercial e de serviços.
- Usuários e consumidores finais de bens e serviços.
- Membros de sindicatos, associações, federações patronal e de empregados.
- Membros da educação formal pública e privada, tais como: estudantes, familiares, profissionais de escola, centros de educação profissional, centros de educação de jovens e adultos e de instituições de ensino superior, entre outros.
- Funcionários de instituições públicas e privadas de pesquisa.
- Catadores de materiais recicláveis.
- Participantes de programas sociais, grupos em condições de vulnerabilidade social e ambiental.
- População do entorno e visitantes de unidades de conservação (UCs) e áreas verdes urbanas.
- Membros de colegiados, tais como: conselhos, consórcios, comissões, comitês, câmaras técnicas, grupos de trabalho e de estudos, dentre outros.
- Educadores, animadores, comunicadores e artistas ambientais.
- Lideranças de comunidades rurais e urbanas.
- Membros de redes, coletivos de juventude, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, grupos de voluntários em ações socioambientais, grupos religiosos, grupos de escoteiros, desbravadores e outros.
- Turistas e visitantes locais.





# LINHAS DE AÇÃO, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

## 1. GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MATO GROSSO DO SUL

### 1.1. Planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental integrada.

**a)** Promoção do planejamento estratégico integrado e participativo das políticas públicas, programas e projetos pelos órgãos gestores e executores da política de meio ambiente e da política de educação, cabendo aos órgãos executores estaduais criarem e fortalecerem em sua estrutura administrativa um setor correspondente à educação ambiental, que deverá inserir na previsão orçamentária recursos necessários para o desenvolvimento, coordenação, supervisão, avaliação de planos, programas, projetos, campanhas, pesquisas e ações de educação ambiental.

**b)** Estímulo à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de educação e de meio ambiente, bem como de conselhos com participação democrática de segmentos da sociedade.

**c)** Estímulo à criação de estratégias para a inserção da educação ambiental de forma compartilhada e integrada nos conselhos de classe, colegiados, sistemas e planos, em atendimento às políticas públicas.

**d)** Criação de estratégias, especialmente na modalidade preventiva, para integração da educação ambiental às políticas, programas e projetos de órgãos públicos e privados que atuem em temas correlatos, como as secretarias e fundações de saúde, centros de zoonose, entidades com atuação em comunidades tradicionais,

concessionárias de energia elétrica e saneamento, polícia militar ambiental e exército, entre outros.

**e)** Elaboração e desenvolvimento de programas, projetos e ações de educação ambiental de acordo com as diretrizes da política nacional e estadual, em conformidade com os instrumentos de planejamento urbano e ambiental e as peculiaridades locais.

**f)** Incorporação de atividades de educação ambiental que valorizem a integração, o envolvimento

e a participação da população na realidade local, quando inseridas em unidades de conservação, áreas naturais protegidas e no seu entorno, bem como empreendimentos econômicos envolvidos.

**g)** Definição de critérios, indicadores, procedimentos e parâmetros para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de educação ambiental.

**h)** Estímulo à criação de centros de educação ambiental, salas verdes, Com-Vidas e demais espaços educadores, em áreas urbanas e rurais, com redes de banco de dados e imagens integradas.



## 1.2. Formulação e implementação de políticas públicas ambientais de âmbito local

**a)** Construção de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, para que se promova a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do ambiente.

**b)** Estímulo à inserção da educação ambiental nas políticas públicas municipais.

**c)** Estímulo à elaboração e implantação da política municipal de educação ambiental.



**d)** Estímulo à elaboração de programas municipais de educação ambiental que sejam referência para elaboração de planos e projetos voltados às políticas públicas.

**e)** Estímulo à promoção do diálogo entre os conhecimentos científicos e tecnológicos que valorizem os saberes locais das populações indígenas, ribeirinhas, pantaneiras, quilombolas, ciganas, produtores rurais, agricultores familiares, assentados, entre outras, para elaboração de políticas públicas.

## 1.3. Criação de interfaces entre educação ambiental e os diversos programas e políticas de governo, nas diferentes áreas.

**a)** Estímulo e orientação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental para que os demais órgãos estaduais e municipais construam estratégias para programas, projetos e ações de educação ambiental formal e não formal, inclusive para a captação e alocação de recursos.

**b)** Apoio do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental às instituições educativas estaduais e estímulo às demais instituições educativas a promover e desenvolver a educação ambiental de forma transversal e integrá-la como prática educativa contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

**c)** Apoio do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), para colaborar de forma integrada com os órgãos de meio ambiente, de educação, dentre outros, na elaboração e acompanhamento de programas, projetos e ações de educação ambiental.

**d)** Estímulo e orientação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental às organizações não governamentais, às organizações da sociedade civil de interesse público, às redes e aos movimentos sociais para o desenvolvimento e promoção de programas, projetos e ações de educação ambiental, voltados à formação crítica dos cidadãos no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres em relação ao ambiente, à transparência de informações sobre a sustentabilidade socioambiental e ao controle social dos atos dos setores público e privado.

**e)** Estímulo e orientação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental a órgãos estaduais que executarem ações que envolvam recursos naturais, para que desenvolvam ações de educação ambiental.

**f)** Criação de estratégias para a inserção da educação ambiental nas políticas setoriais, contemplando as diferentes especificidades do Estado de Mato Grosso do Sul, biomas, ecossistemas, bacias hidrográficas, regiões fronteiriças, planejamento urbano e ambiental, aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.



**g)** Implementação das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, observando a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, separação seletiva de resíduos sólidos, visando o favorecimento da disposição final ambientalmente adequada, e ações de proteção, defesa e recuperação de recursos naturais.

**h)** Estímulo do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental e da Comissão Interinstitu-



cional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS) à promoção do diálogo sobre a temática da educação ambiental no Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), no Conselho Estadual de Educação (CEE), no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), no Conselho Estadual da Pesca (CONPESCA) e nos demais órgãos colegiados de âmbito estadual e municipal para colaborarem de forma integrada em deliberações referentes às ações de educação ambiental.

## 1.4. Articulação e mobilização social como instrumentos de educação ambiental

**a)** Realização periódica de eventos voltados para a difusão da educação ambiental, promovendo, assim, diálogos entre os diversos setores: públicos, privados e sociedade civil.

**b)** Estímulo à criação e ao fortalecimento de redes e coletivos de educação ambiental, por intermédio de políticas públicas, fundos e divulgação de suas ações, favorecendo e apoiando sua expansão e consolidação em todos os segmentos da sociedade.

**c)** Realização de campanhas permanentes para a difusão do Programa e da Política Estadual de Educação Ambiental.

**d)** Promoção de iniciativas para articular, estimular e estabelecer parcerias entre instituições públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões socioambientais.

**e)** Realização de ações permanentes de mobilização e sensibilização da sociedade para participação nas discussões de políticas públicas relacionadas às questões

socioambientais e práticas sustentáveis na produção e geração de renda.

**f)** Estabelecimento de diálogos com os diversos segmentos, por meio dos organismos de controle social de políticas ambientais e educacionais, bem como de outras políticas.

**g)** Criação de estratégias para o envolvimento dos diferentes atores sociais e comunidades urbanas e rurais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiras, dentre outras comunidades), em ações de educação ambiental, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais locais.

**h)** Estímulo à criação e ao fortalecimento de espaços educadores sustentáveis para difusão da educação ambiental.

**i)** Articulação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental junto às secretarias municipais de educação e de meio ambiente, para o desenvolvimento de ações integradas.

## 1.5. Educação ambiental voltada para empreendimentos e projetos sujeitos ao licenciamento ambiental.

- a)** Realização de iniciativas de educação ambiental pelo setor público e privado, para empregadores/trabalhadores, comunidades do entorno dos empreendimentos e demais partes interessadas, respeitando a sua cultura e os seus saberes populares.
- b)** Adoção de roteiros específicos, estabelecidos pelo Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental, para a construção de Programa de Educação Ambiental (PEA) determinado como condicionante de licenciamento ambiental.
- c)** Abordagem dos principais impactos ambientais, bem como das medidas mitigadoras e compensatórias a eles associadas, nos PEAs referentes à instalação e operação

de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, para a população do entorno e partes interessadas.

- d)** Identificação e consideração das diferentes percepções das partes interessadas no empreendimento e da comunidade localizada nas áreas de influência para a elaboração do respectivo programa de educação ambiental.

- e)** Estímulo do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental às pessoas jurídicas de direito público e privado para promoverem a formação e a capacitação de seus empregados e trabalhadores, visando à implementação de ações de educação ambiental e à melhoria do ambiente de trabalho.

## 1.6. Apoio institucional e financeiro a iniciativas de educação ambiental.

- a)** Articulação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental junto às instituições do estado para a inserção da educação ambiental na regulamentação e implementação de fundos estaduais existentes, bem como de outras fontes de dotações orçamentárias previstas em Plano Plurianual (PPA), na Lei Orçamentária Anual (LOA), para a aplicação de recursos em planos, programas, projetos, pesquisas e ações.

- b)** Estímulo e orientação à criação e à implementação de fundos municipais de meio ambiente ou de educação, ou de outras fontes de arrecadação municipal, para a destinação de recursos financeiros ao desenvolvimento de planos, programas, projetos, pesquisas e ações de educação ambiental.

- c)** Estímulo e orientação do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental aos órgãos colegiados, especialmente comitês e consórcios, para o planejamento e a aplicação de recursos em planos, programas, projetos, pesquisas e ações de educação ambiental.

- d)** Estímulo e orientação ao estabelecimento de parcerias que permitam a sustentabilidade de programas, projetos, e ações que invistam em educação ambiental para a otimização de recursos.

- e)** Criação e implementação de certificação para reconhecimento e valorização de iniciativas e boas práticas em educação ambiental.

- f)** Estímulo à execução de projetos de formação continuada de professores.

- g)** Estímulo à execução de programas, projetos e ações de educação ambiental diretamente para escolas e instituições parceiras.

- h)** Apoio do Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS) para o cumprimento de sua finalidade.





## 2. FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS AMBIENTAIS

### 2.1. Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não formal.

**a)** Inserção da educação ambiental na capacitação de agentes multiplicadores e na formação continuada de professores, favorecendo o intercâmbio de informações, materiais e experiências entre instituições, para atuação em educação ambiental formal e não formal.

**b)** Criação de estratégias para a formação em educação ambiental dos membros de organismos colegiados, visando a participação e controle social na gestão dos recursos ambientais e na elaboração e execução de políticas públicas.

**c)** Abordagem dos tratados e acordos locais em programas e projetos de formação em educação ambiental, especialmente de regiões de fronteiras com a Bolívia e o Paraguai e de limites estaduais.

**d)** Estímulo às vivências em ambientes naturais, por meio de visitas monitoradas e estudos de campo, orientados tecnicamente por educadores habilitados para a sensibilização em relação ao meio ambiente e às inter-relações que nele ocorrem.



## 3. COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 3.1. Comunicação e tecnologia para a educação ambiental

**a)** Aprimoramento do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS).

**b)** Divulgação do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) e incentivo para que pesquisadores e educadores de instituições públicas e privadas cadastrem suas práticas e pesquisas em educação ambiental.

**c)** Divulgação das iniciativas cadastradas no Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS).

**d)** Proposição e desenvolvimento de estratégias pelo Órgão Gestor Estadual de Educação Ambiental e estímulo aos órgãos municipais, para a difusão de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao ambiente e tecnologias sustentáveis, por intermédio de meios de comunicação.

**e)** Criação de programas e campanhas permanentes de educação ambiental nas rádios educativas e outros meios de comunicação para a difusão de práticas socioambientais, valorizando a cultura e os saberes das populações tradicionais.

**f)** Criação, promoção e fortalecimento de espaços de diálogos entre sociedade, instituições de ensino e pesquisa e demais instituições públicas e privadas na formulação e execução de programas, projetos e atividades de educação ambiental formal e não formal.

**g)** Criação de campanhas permanentes de sensibilização da sociedade para a importância da participação e acompanhamento de ações de gestão ambiental, urbana e rural.

**h)** Inserção, em planos de manejo ou em outros instrumentos de planejamento, da realização de ações permanentes para sensibilização das populações residentes em áreas protegidas, unidades de conservação e no seu entorno, para a relação harmoniosa destas com seu habitat.

**i)** Criação de estratégias de comunicação para a inserção da educação ambiental, principalmente nas atividades de conservação da biodiversidade, de licenciamento ambiental, de gerenciamento de resíduos, de gestão de

recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria de qualidade ambiental.

**j)** Criação de estratégias de comunicação para a inserção da educação ambiental nas políticas econômicas, sociais, culturais, de ciência e tecnologia, de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde e nos planos, programas, projetos e atividades urbanas e rurais financiados por recursos públicos e privados.

**k)** Estímulo ao desenvolvimento e à execução de estratégias de comunicação para a utilização de centros de educação ambiental, salas verdes, espaços educadores sustentáveis, dentre outros, como espaços de diálogos.

**l)** Promoção de ações educativas por meio da educomunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções dos próprios educandos para informar, sensibilizar, mobilizar e difundir a educação ambiental.

**m)** Divulgação da Carta da Terra, dos tratados referentes à educação ambiental, dos resultados das conferências, particularmente de educação e de meio ambiente, e dos demais documentos de referência.

**n)** Identificação, sistematização e divulgação das fontes de recursos disponíveis para a realização de programas e projetos de educação ambiental.

**o)** Desenvolvimento e execução de estratégias para a divulgação de políticas, programas, projetos e ações de educação ambiental nas instituições públicas, privadas, ONG's, instituições de ensino e de pesquisas, sociedade civil organizada e demais instituições.

**p)** Divulgação de campanhas informativas e educativas em português, espanhol e guarani nos municípios de fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

**q)** Divulgação da realização e dos resultados dos programas, projetos e ações de educação ambiental por meio de diferentes mídias existentes.

**r)** Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias, softwares e aplicativos para fins de divulgação e difusão de ações de educação ambiental.



## 3.2. Produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático-pedagógicos.

**a)** Produção, distribuição e intercâmbio de materiais educativos e didáticos de forma contextualizada à realidade local, observando os biomas, ecossistemas, bacias hidrográficas, fronteiras, entre outros, de acordo com a Política e o Programa Nacional e Estadual de Educação Ambiental.

**b)** Incentivo às instituições públicas de ensino e organizações não governamentais, para firmarem parcerias destinadas à produção e distribuição de materiais educativos e didático-pedagógicos.

**c)** Incentivo à produção de material didático-pedagógico bilíngue para atender as populações indígenas e os municípios de fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

**d)** Produção e divulgação de materiais didático-pedagógicos no desenvolvimento de ações de formação continuada.

**e)** Estímulo à produção de materiais educativos e didático-pedagógicos adaptados ao público da educação especial



## 4. INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

### 4.1. Inclusão da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino

**a)** Implantação da educação ambiental nos currículos das instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias, englobando todos os níveis e modalidades de ensino.

**b)** Fomento, promoção e implantação da educação ambiental de forma transversal no currículo escolar e a sua integração como prática educativa contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental por meio do órgão estadual e dos municipais ligados ao sistema de ensino (básico, superior e profissional) do Ministério da Educação (MEC).

**c)** Inserção da educação ambiental no Projeto Político-Pedagógico em todas as instituições de ensino, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

**d)** Inserção da educação ambiental nos currículos de formação de professores licenciados, bacharéis e tecnólogos, em todos os níveis, e também nas propostas de formação continuada, extensão e pós-graduação.

**e)** Inclusão da educação ambiental como disciplina nos cursos superiores de licenciatura e bacharelado.

**f)** Incorporação das temáticas socioambientais nos cursos de formação e especialização de educação profissional e tecnológica, com ênfase na formação ética para o exercício profissional.

**g)** Promoção, apoio e incentivo à realização de eventos de educação ambiental para as escolas públicas e privadas.

**h)** Fomento da inserção dos saberes locais de populações tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pantaneiros, relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais, no currículo escolar das instituições de ensino que atendem esse público.

**i)** Criação das agendas 21 escolar e comunitária.

**j)** Promoção do intercâmbio das práticas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas que apresentam particularidades culturais,

ambientais, econômicas e sociais, urbanas e rurais, destacando as escolas pantaneiras, indígenas, quilombolas e de assentamentos.

**k)** Estímulo ao desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação da sociedade na formulação e execução de programas, projetos e ações relacionadas à questão ambiental.

**l)** Apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais, instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão socioambiental, de forma multi, inter e transdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.





## 4.2. Inclusão de estudos, pesquisas em educação ambiental.

**a)** Criação e fortalecimento de grupos e coletivos locais como um espaço de diálogo visando ao desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação ambiental, considerando a identificação dos problemas e a busca de soluções pelas comunidades locais, assim como os seus modos de vida.

**b)** Estímulo à realização de pesquisa e à iniciação científica voltadas para o fortalecimento da educação ambiental e temáticas ambientais pertinentes.

**c)** Desenvolvimento de metodologias participativas, inclusivas, abrangentes e orientadas, aplicáveis às ações de educação ambiental, valorizando a diversidade cultural e de gênero, os saberes e as especificidades das populações tradicionais e étnicas sul-mato-grossenses.

## 5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 5.1. Análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores.

**a)** Adoção do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), que tem como finalidade a coleta, o armazenamento, a sistematização e a divulgação de programas, projetos, campanhas, pesquisas e

ações de educação ambiental realizadas no estado de Mato Grosso do Sul, como um instrumento permanente da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS).



**b)** Desenvolvimento de instrumentos, critérios e metodologias visando ao acompanhamento e à avaliação de programas, projetos e ações de educação ambiental.

**c)** Criação de parâmetros e de indicadores de melhoria da qualidade da vida e do ambiente, a serem avaliados periodicamente, nos programas e projetos de educação ambiental em todos os níveis de atuação.

**d)** Criação de indicadores para análise e monitoramen-

to de programas e projetos de educação ambiental formal e não formal.

**e)** Estabelecimento de estratégias de acompanhamento de ações de educação ambiental junto aos órgãos colegiados.

**f)** Estímulo ao uso de tecnologias disponíveis, *softwares* e aplicativos para fins de monitoramento de ações de educação ambiental.

## 5.2. Análise, monitoramento e avaliação de Política e Programa Estadual de Educação Ambiental.

**a)** Criação de critérios, estratégias e indicadores para a avaliação e o monitoramento da implementação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental.

**b)** Fortalecimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) e da equipe técnica dos órgãos gestores para o acompanhamento da implementação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental.

**c)** Revisão e atualização quadrienal do Programa Esta-

dual de Educação Ambiental (ProEEA/MS).

**d)** Criação de canais de comunicação permanente, abertos à população em geral, para troca de informações sobre a Política e o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, para fins de monitoramento.

**e)** Fomento a criação de instrumentos de avaliação e monitoramento de programas e políticas públicas correlatas à educação ambiental.





# BIBLIOGRAFIA

---

BRASIL. **Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental – Conhecer, Fortalecer e Articular. Material de apoio do curso.** Ministério do Meio Ambiente. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília – DF, 02 de setembro de 1981.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília - DF, 28 de abril de 1999.

BRASIL. **ProNEA, Marcos Legais & Normativos. Educação Ambiental - Por um Brasil Sustentável - Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Órgão Gestor da PNEA - Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação.** Brasília, 2014. 112 p.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

CIEA/MS. **Minuta da Política Estadual de Educação Ambiental (2014). Minuta construída e consolidada pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS).** Campo Grande/MS.

GARCIA, Á. S. **Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas: os desafios da Educação Ambiental como política pública.** 2010. 161 p. (Mestrado em Ensino de Ciências) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS, 2010.

IMASUL. **Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS).** Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

JACOBI, P. R., GRANDISOLI, E. **Água e sustentabilidade: desafios, perspectivas e soluções / Pedro Roberto Jacobi, Edson Grandisoli – São Paulo: IEE-USP e Reconecta, 2017. 1ª Edição. 16 x 23 cm.; 110 páginas.**

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira: 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.**

LONGO, J. M. **Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais de Mato Grosso do Sul / Jose Milton Longo; Sylvia Torrecilha (orgs.). – Campo Grande: Imasul, 2014. 74p. : il.**

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora.** In Layrargues, P. P. (Coord.) Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2020.** Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEMAG). Versão Técnica. 1999.

MATO GROSSO DO SUL. **Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados (Funles), criado pela Lei nº 1.721/1.996.**

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Campo Grande, MS. 2016. 406p.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010. 194p.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental: Executivo Estadual. 05 de junho de 2017**. Campo Grande/MS

MATO GROSSO DO SUL. **Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Campo Grande, MS. 2014. 74 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, Primeira Aproximação, Metodologia geral e diretrizes básicas**. Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento da Ciência e Tecnologia - Rede ZEE-MS, Campo Grande, 2008.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), 4ª edição**. Brasília, 2005.

PERS-MS. **Plano estadual de resíduos sólidos – Versão Preliminar**.

**RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986** - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

**RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997** - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental

**RESOLUÇÃO SED nº 3322, de 13 de setembro de 2017** - dispõe sobre a oferta da Educação Ambiental nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

SORRENTINO, M.: TRAJBER, R.; FERRARO JUNIOR, L. A, **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299.

YANOMINE, S. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul – ZEE/MS**. Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande, MS, 22 a 26 de novembro 2014. Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p.1022 -1023.

ZANON, A. M. GARCIA, Á. S. **Educação Ambiental e mudanças de Paradigma. Material de apoio - Curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2015.



Apoio:



Realização:



**SEMAGRO**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente,  
Desenvolvimento Econômico,  
Produção e Agricultura Familiar



**GOVERNO  
DO ESTADO**  
Mato Grosso do Sul